

CARTOGRAFIAS TEMPORÁRIAS DO NORDESTE

Os novíssimos movimentos sociais na produção do espaço urbano

*TEMPORARY CARTOGRAPHIES OF THE NORTHEAST
The Newest Social Movements
in the Production of Urban Space*

Manuela Cristina Rêgo de Carvalho¹

Resumo

Os novíssimos movimentos sociais são caracterizados como ações ativistas, organizados por grupos e coletivos urbanos, evidenciados nas redes e nas ruas e articulados em pautas transversais. Acredita-se que essas ações possuem um devir revolucionário, formado por sujeitos comuns, capazes de transformar e enfrentar, mesmo que na micropolítica do cotidiano, a produção de subjetividades neoliberais. Ainda, a partir de múltiplas pautas - ecológicas, feministas, anti-heteronormativos, antirracistas e decoloniais – são capazes de questionar o racismo ambiental, demonstrando alternativas comuns para as cidades no Capitaloceno. Este artigo surge como um recorte de uma tese que investigou como essas ações, inseridas no contexto do Nordeste do Brasil, contribuem para a construção de uma práxis coletiva. A pesquisa analisa esses movimentos no recorte de 2008, junto a crise do capitalismo, a 2021 com a pandemia do Coronavírus e tem-se como método a criação de uma narrativa cartográfica das lutas partindo do Método Cartográfico Indisciplinar.

Palavras-chave: urbanismo; cartografias; novíssimos movimentos sociais; Nordeste.

Abstract

The newest social movements are characterized as activist actions organized by urban groups and collectives, visible both on the streets and across digital networks, and articulated through transversal agendas. These actions are believed to hold a revolutionary becoming, shaped by ordinary subjects capable of transforming and confronting, even within the micropolitics of everyday life, the production of neoliberal subjectivities. Moreover, through multiple agendas — ecological, feminist, anti-heteronormative, anti-racist, and decolonial — they are able to question environmental racism, revealing common alternatives for cities in the Capitalocene. This article emerges as an excerpt from a doctoral dissertation that investigated how such actions, within the context of Northeastern Brazil, contribute to the construction of a collective praxis. The research examines these movements from 2008, marked by the crisis of capitalism, to 2021, during the Coronavirus pandemic, employing as its method the construction of a cartographic narrative of struggles based on the Indisciplinary Cartographic Method. Keywords: urbanism; cartographies; newest social movements; N^ortheast.

¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFGM) sob a orientação da professora Natacha Rena. Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN (PPGAU) com ênfase em Estruturação e Gestão do Território (2020). Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e atualmente é pesquisadora bolsista pela FAPERN - Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do RN.

Introdução

Parte-se do pressuposto de que nós, enquanto sujeitos coletivos e políticos, somos – e devemos ser – capazes de construir as cidades. Mais do que modelar cenários urbanos, temos a potência de formular expectativas sobre o mundo e de intervir em sua transformação. Assim, reconhecemo-nos como atores ativos na produção de novos devires, subjetividades e futuros possíveis. Nessa perspectiva, também assumíamos certa corresponsabilidade pela crise socioambiental e pelas desigualdades que a perpetuam, mesmo quando tais processos extrapolam nossa compreensão individual. Em contraposição a essa ideia, o conceito de “Capitaloceno” propõe desfazer a noção de que a crise ecológica é fruto genérico da ação humana — como sugere o termo Antropoceno — evidenciando-a, ao contrário, como resultado histórico e estruturado do modo de produção capitalista.

De acordo com Carlos Walter Porto-Gonçalves (2024), “nós existimos pelas relações que estabelecemos”, o que torna impossível a separação entre sociedade e natureza. O autor destaca que, ao longo da história, consolidamos novas formas de governar a natureza e, com o domínio do trabalho pelo capital, passamos a explorar todas as dimensões da vida. A partir das leituras marxistas, Porto-Gonçalves lembra que esquecemos que “as relações sociais são feitas a partir de seres biológicos” que necessitam se alimentar, consumir energia e produzir carbono, ao mesmo tempo em que “se estabelecem relações de classe”. Ou seja, toda organização social é simultaneamente material e política (Porto-Gonçalves, 2024).

Ao compreender essas relações a partir dessas necessidades, o autor demonstra como o processo capitalista de produção cria uma nova ecologia do mundo. Nesse contexto, o conceito de Capitaloceno permite apreender uma “profunda ruptura metabólica”, levada às últimas consequências por um sistema que fundamenta a destruição do ambiente ao transformar tudo em mercadoria — dos recursos naturais ao próprio trabalho humano. Desse modo, o colapso ecológico não pode ser atribuído aos seres humanos indistintamente, mas a um modelo histórico que se sustenta na exploração intensiva da natureza e na produção sistemática de desigualdades.

Assim, este artigo propõe-se, a partir do entendimento do Capitaloceno, desbravar insurgências urbanas – mais precisamente a partir da ação de movimentos sociais - que, ao defenderem novas formas de habitabilidade das cidades, buscam tensionar e transformar a lógica hegemônica de produção do espaço. Dessa maneira, ele surge como um recorte de uma tese de doutorado que analisou os “novíssimos movimentos sociais” inseridos no contexto do Nordeste (NE) do Brasil de 2008 a 2021 (pandemia da SARS-CoV-2), na construção de uma práxis coletiva. É importante destacar o uso do termo “cartografia temporária”, uma vez que a maioria dessas ações se caracteriza por sua fluidez, temporalidade e caráter efêmero. Ainda assim, elas são capazes de produzir intervenções táticas e efeitos concretos nos espaços que ocupam.

De início, é importante contextualizar sobre o que Maria da Glória Gohn (1997; 2014a; 2014b) traz sobre esses movimentos. De acordo com a autora, essas manifestações surgem no século XXI em vários lugares do mundo, e, ao que nos interessa, no Brasil com as Jornadas de Junho de 2013, se caracterizando por ações não hierárquicas e de gestão descentralizada. Tais ações são tratadas pela autora como novas formas de resistências comunais, com foco em pautas mais indentityárias e locais, movidos por redes e nas ruas, e, principalmente, organizados a partir de uma participação ativista. Também, adverte-se nessas ações o seu caráter efêmero e temporário, demonstrados a partir de Neil Brenner (2018) como mobilizações de baixo para cima, de forma acupuntural, possuindo um limite bem definido e podendo promover uma visão de práticas participativas e colaborativas de reestruturação urbana (Brenner, 2018, p.

207).

Cabe destacar que, neste trabalho, os termos movimentos sociais, coletivos urbanos e novíssimos movimentos sociais não são utilizados como sinônimos, embora frequentemente se articulem na prática. Os movimentos sociais são compreendidos como uma categoria ampla de ação coletiva organizada em torno de demandas sociais, políticas, culturais ou ambientais. Os coletivos urbanos, por sua vez, correspondem a formas organizativas mais flexíveis, geralmente horizontais, caracterizadas por estruturas menos institucionalizadas, atuação em rede e forte vinculação a questões específicas do território. Já a noção de novíssimos movimentos sociais, trazida aqui por Gohn (1997; 2014a; 2014b) é adotada como categoria analítica para designar formas contemporâneas de mobilização que emergem no contexto das transformações neoliberais e digitais.

Mas, para além do entendimento de tais manifestações na sua escala micro frente ao Capitaloceno, é importante também situar o contexto no qual elas emergem: a cidade neoliberal. Nesse sentido, é importante advertir que tais movimentos se apresentam dentro de um contexto de cidades sujeitas a um processo de fragmentação do convívio citadino, que, aliado a uma produção urbana fundada nos princípios neoliberais, acabam por afirmar cada vez mais o individualismo entre os sujeitos. Assim como as relações frente à própria natureza, tal subjetividade neoliberal passa a mercantilizar e regular a vida pessoal e social, desde o campo político e socioeconômico, até as expressões culturais na construção das nossas cidades.

Com relação a esses princípios, pode-se defini-los como regras, instrumentos e dispositivos utilizados para o controle social a partir de subjetividades que inserem o homem como a base do progresso econômico, deixando assim o Estado como agente mínimo diante da competitividade empresarial. Para Peter Pál Pelbart (2011), o contexto atual se resume na total potência do capital sob a vida, onde esse, passa a penetrar e colonizar o nosso inconsciente por meio dos fluxos de imagem, das informações, dos serviços, das diversas formas que absorvemos as subjetividades. Segundo o autor, o capitalismo agora penetra a nossa existência, nos explora e se amplia, “produzindo uma plasticidade subjetiva sem precedentes, que ao mesmo tempo lhe escapa por todos os lados” (Pelbart, 2011, p. 20).

Em oposição a isso, essas novas formas de uso e apropriação do espaço surgem e demonstram possibilidades de se intervir na cidade de forma coletiva e menos padronizada. Essas ações, tratadas aqui como movimentos sociais contemporâneos, são intervenções temporárias caracterizadas pela sua efemeridade, participação coletiva e capacidade de transformar os espaços da cidade, ainda que temporariamente, em lugares de acolhimento e livre expressão da arte e da cultura. Admite-se, portanto, que esses movimentos acabam por se contrapor a uma política e a produção de subjetividades que homogeneizam os sujeitos e a forma como eles se apropriam da cidade.

Entendemos que tais ações – promovidas pelos novíssimos movimentos ativistas no espaço urbano contemporâneo – são práticas sociais densas de espacialidade que potencializam o uso e a apropriação dos lugares públicos, da vida cotidiana e instituem, mesmo que temporariamente, novos significados frente à construção da cidade neoliberal. Torna-se, assim, essencial evidenciar essas diferentes formas de viver e ocupar o território a partir da formação de lugares, do vivido e da construção de novas identidades que se interligam em tais manifestações. Pensando nisso, este artigo organiza-se a partir de quatro pontos principais: (1) apresentar elementos para a compreensão dos novíssimos movimentos sociais; (2) discutir, de forma sintética, o contexto socioespacial das cidades brasileiras, a partir da compreensão do capitalismo,

do neoliberalismo e de suas relações de poder; (3) apresentar a cartografia desses movimentos no Nordeste brasileiro; e, por fim, (4) refletir sobre as perspectivas de futuro reveladas por suas práticas e pelos desejos coletivos que mobilizam a ocupação do espaço público.

Quem são os novíssimos movimentos sociais?

Para este momento, trata-se brevemente de compreender de quais movimentos sociais e de qual contexto específico de cidade estamos falando. Primeiramente, interessamos fazer um recorte temporal que diferencie os novíssimos movimentos das ações clássicas, como bem define Gohn (2014a; 2014b; 2016) ao distingui-los a partir de cinco ciclos no Brasil. Para a autora, os movimentos sociais no Brasil se agrupam em cinco ciclos de luta: um primeiro na década de 1970; um segundo durante a transição democrática dos anos de 1980; um terceiro que surge após a Constituição de 1988; um quarto na primeira década do novo século; e o quinto, ao qual nos interessa, após junho de 2013 (Gohn, 2019).

O quinto ciclo de luta é compreendido pelo surgimento dos novíssimos movimentos sociais: manifestações coletivas recentes, não-hierárquicas e de gestão descentralizada, que surgiram em vários lugares do mundo, e, ao que nos interessa, no Brasil a partir dos conflitos de 2013. Segundo Gohn (2014a), essas ações surgem como novas formas de resistências comunais, com foco em pautas mais identitárias e locais, movidas por redes e nas ruas, e principalmente, organizadas a partir de uma participação ativista. Um segundo ponto que merece destaque é o contexto de cidade na qual esses movimentos se inserem: a cidade neoliberal. De maneira breve, Dardot e Laval (2016) descrevem o neoliberalismo como um modelo que orienta governos, empresas e milhões de pessoas, de forma inconsciente, potencializado mais e mais pelos avanços tecnológicos do Estado moderno e o enfraquecimento do poder público, onde as suas práticas se concentram em uma nova razão contemporânea fundamentado em uma racionalidade.

É importante compreender que no neoliberalismo os Estados passam a ser intervencionistas, deixando de atuar na proteção social e conduzindo territórios e pessoas às necessidades diretas do capital, materializando no mercado o mito do “empreendedorismo”. Esse seria então o Estado-Capital: “a fortificação da figura estatal quando associada aos interesses do mercado” (Dardot; Laval, 2016), e que deixa a maioria das pessoas às margens dos seus investimentos, dos seus interesses e do seu papel enquanto promotor do bem-estar social. Diante disso, emergem diversas lutas que buscam, acima de tudo, garantir que esse papel seja cumprido, ou mesmo, reivindicar o direito de participação frente às decisões sobre a cidade e os bens públicos.

Natacha Rena (2015) demonstra que, sob os moldes neoliberais, o sistema capitalista global contemporâneo passa a associar empresas e o Estado, via capital em expansão por todo o território metropolitano. Dessa forma, em oposição ao sistema fordista centrado nas fábricas e na mais-valia, esse novo capitalismo ocupa não só o tempo de trabalho como também a vida cotidiana. Assim, “a exploração capitalista atual passa pela captura dos desejos e, nesse sentido, todo um sistema simbólico abduz a subjetividade e nos torna trabalhadores e consumidores obedientes” (Rena, 2015, p.26).

É, portanto, nesse contexto, que se configuram as diversas formas de manifestações ao poder do capital, definidos por Rena (2015) como resistências em tempos de produção biopolítica, que “emergem principalmente com ideias, afetos e comunicação” (Rena, 2015, p. 27). Gohn (2014b) admite que a interação Estado e movimentos sociais se

faz mediante a retirada da “ação” por meio de regras e espaços demarcados, onde a possibilidade de emancipação se confina nas resistências. “O sujeito coletivo se dilacera, fragmenta-se em múltiplos campos isolados” (Gohn, p.65). Nesse sentido, e sob a emergência do neoliberalismo, passam a surgir diversos movimentos que englobam diferentes pautas como a luta antirracista, antifascista, feminista, indígena, ambiental, entre outras; que se mostram frente a um sistema que massifica e molda a prática socioespacial nas cidades às necessidades do capital.

Nesse sentido, este artigo busca apresentar como surgimento de tais manifestações coletivas, muitas vezes movidas por diversas pautas e apropriando-se dos espaços públicos das grandes cidades a partir de ações efêmeras, relaciona-se diretamente a uma produção de cidade pelo neoliberalismo. E ainda, como essas práticas espaciais são capazes de demonstrar uma nova realidade, transformadora e autonomista, tendo a autonomia enquanto base para a construção de uma práxis democrática. Para o desbravar desta investigação serão lançados diversos questionamentos, que, não são partes solucionáveis de um todo, mas sim caixas a serem abertas e decifradas pouco a pouco, sob um “movimento peculiar de reassociação e reagregação” (Latour, 2012, p. 25).

Partimos, então, das seguintes inquietações: como compreender os novíssimos movimentos sociais como micropolíticas em meio a subjetividades moldadas pelo neoliberalismo e por uma racionalidade urbana orientada pelo lucro? De que modo captar as nuances, as rupturas, os pontos de fricção, as zonas de tensão e as linhas de fuga que emergem nos territórios considerados “informais”, justamente onde se revelam, com mais força, os efeitos socioambientais do Capitaloceno? Como cartografar essas resistências, observando seus principais atores, suas narrativas divergentes e seus modos de enfrentar a crise produzida por um sistema que mercantiliza a vida, reconfigura a natureza como recurso e transforma a cidade em ativo financeiro?

Para onde olhar? Para as fendas, as rupturas? Para os levantes? Para as marcas de apropriação do espaço — os grafites, o tático, o efêmero — que questionam a hegemonia da mercadoria e reivindicam outras formas de viver e de habitar a cidade? O que transborda e escapa aos jogos de poder da cidade contemporânea — e do capitalismo que a organiza? Seriam esses movimentos capazes de anunciar práticas urbanas que, ao resistirem à lógica do capital e reinventarem as nossas relações com a natureza e com o próprio futuro?

Quem somos nós? O neoliberalismo na produção de sujeitos

Para compreender os novíssimos movimentos sociais no espaço urbano, partimos do reconhecimento de que as cidades contemporâneas são estruturadas pelo poder do capital, que ultrapassa as dinâmicas de produção e consumo e passam a modelar as relações sociais, as subjetividades e as práticas coletivas. Essa dominação não se manifesta apenas como conflito entre classes, mas como um conjunto de discursos, normas e racionalidades empresariais que passam a orientar modos de vida, comportamentos e formas de gestão da própria cidade — inclusive da natureza, agora tratada como ativo econômico. Nesse sentido, destaca-se que a criação de sujeitos “individualistas” sucumbe na quebra dos processos coletivos, na desintegração da vida urbana comunitária, e na apropriação e uso dos espaços públicos nas cidades.

Nesse sentido, Pelbart (2011) argumenta que a contemporaneidade é marcada pela ampliação do poder do capital sobre a vida, a ponto de este penetrar e colonizar o próprio inconsciente. Sob essa lógica de dominação, as ações coletivas analisadas neste artigo configuram-se como formas de resistência comunitária diante de uma

política agressiva que reduz os indivíduos à lógica da produtividade e da performance. Para o autor, a biopolítica corresponde a uma forma de gestão da sociedade centrada no controle da vida, atuando prioritariamente sobre “os mecanismos do ser vivo e os processos biológicos”.

Contudo, a noção de biopolítica, por si só, não é suficiente para compreender as dinâmicas do neoliberalismo contemporâneo. Segundo Byung-Chul Han (2015; 2018), essa categoria torna-se insuficiente para explicar a sociedade neoliberal, uma vez que não contempla adequadamente as formas de dominação psíquica exercidas pelo capital, que operam de maneira mais sutil por meio da exploração da subjetividade, da autovigilância e da autoexploração. Entender, mesmo que brevemente esses conceitos, é fundamental para compreendermos como nós, enquanto sujeitos, coletivamente ou não, atuamos no espaço público e nas agendas de desenvolvimento urbano.

Dessa maneira, acredita-se que o neoliberalismo ultrapassa a divisão social do trabalho, o domínio sob os corpos e o exercício de poder sob nós. Ele reflete em todas as instâncias da nossa vida, nas nossas subjetividades e classes sociais, funcionando como uma mutação do capitalismo. A luta de classes, que antes poderia vir a trazer a revolução, acaba por se esfacelar em uma luta completamente individual contra si mesmo, onde “cada um possui o seu próprio meio de produção” (Han, 2018, p. 18).

Ao buscar compreender o “nós” enquanto sujeito neoliberal, recorre-se a Byung-Chul Han (2015), que caracteriza a sociedade do século XXI como a do desempenho e da produção. Nela, somos impulsionados pela lógica do empreendedorismo de si mesmos e pela crença em um potencial aparentemente ilimitado de realização. Nesse contexto, os mecanismos de controle deixam de atuar exclusivamente de forma externa, por meio das instituições ou do capital, para serem incorporados pelo próprio sujeito. Paradoxalmente, esse dispositivo de controle é percebido como algo positivo, uma vez que está associado ao sucesso, ao reconhecimento e à valorização do indivíduo mais produtivo. Dessa forma, a dominação torna-se mais eficiente ao se apresentar sob a aparência de liberdade e realização pessoal. O autor também destaca que, junto aos dispositivos de poder, a violência intrínseca agora emerge a partir de discursos, de imposições “que destroem qualquer comunidade, qualquer elemento comum, qualquer proximidade, inclusive a própria linguagem”.

Segundo Dardot e Laval (2016), o sujeito neoliberal tem como base da sua construção as mesmas relações mercadológicas apontadas por Karl Marx, onde, sobretudo, destaca o desapego e o individualismo do homem com a família e os vínculos sociais influenciados pelo capital. Por meio de um discurso de empoderamento, de táticas motivacionais por meio de diversos dispositivos e estímulos, o trabalhador passa a se transformar em mercadoria. Consequentemente, a insegurança trabalhista e a precariedade das formas de exploração são “naturalizados” pelo discurso neoliberal de “empreendedor de si mesmo”. Os autores afirmam o surgimento de uma reação em cadeia que produz sujeitos empreendedores que reproduzirão e reforçarão as próprias relações de competição entre eles, adaptando-se às condições de trabalho cada vez mais duras, produzidas por eles.

A partir da projeção do sujeito neoliberal de Dardot e Laval (2016) e da sociedade do cansaço de Han (2015), cabe apontar como principais consequências o surgimento de um conjunto de patologias diretas da massificação empresarial em torno das relações sociais: estresses, assédios, depressão, casos de suicídios no local de trabalho, distúrbios mentais que tem relação direta com a individualização e com o enfraquecimento dos coletivos de trabalho. Aliado a isso, a corrosão da personalidade desse sujeito, à medida que o trabalho não oferece mais estabilidade e não garante mais a criação de laços de amizade e de redes de contato: “os laços, os valores, as

referências familiares, de lealdade e fidelidade, são capitalizadas enquanto transações pontuais” (Dardot; Laval, 2016, p. 340) e isso passa a afetar diretamente a forma como estes se apropriam da cidade, dos espaços, dos lugares comuns e se inserem na vida cotidiana.

Nessa sociedade, os dispositivos de poder, a violência simbólica dos discursos e os processos de produção de subjetividades operam de maneira articulada às dinâmicas do capitalismo contemporâneo, diluindo as fronteiras entre “explorador e explorado” ou “mercado e mercadoria”. Tal configuração exige uma reflexão que ultrapasse essas dicotomias clássicas, uma vez que as formas de dominação passam a ser internalizadas pelos próprios sujeitos. Como afirma Han (2015), esse processo produz um mal-estar permanente, manifestado por meio de patologias psíquicas e estados de esgotamento diversos, inclusive coletivos.

Pensando nos movimentos aqui estudados, destaca-se como efeitos o próprio enfraquecimento dos vínculos sociais e das experiências coletivas, uma vez que indivíduos cada vez mais voltados para a autogestão do desempenho tendem ao isolamento e à competição. Nesse cenário, a constituição de redes de solidariedade, coletivos e movimentos sociais torna-se mais complexa, pois a lógica neoliberal fragiliza os espaços de encontro, cooperação e construção de identidades comuns. Ao mesmo tempo, é justamente diante desse processo de individualização que as ações coletivas ganham relevância, ao criarem possibilidades de reconexão social, apoio mútuo e resistência às formas contemporâneas de captura da subjetividade.

Por fim, essa discussão nos impõe uma tarefa fundamental: compreender como o neoliberalismo — apesar de sua força em colonizar os mais diversos âmbitos da vida cotidiana — ainda revela fissuras, imperfeições e brechas que nos permitem existir de outras maneiras. Como subverter essa racionalidade e imaginar formas de reconstruir nossas próprias condições de existência? Ainda, pensando no próprio capitalismo como uma forma organizadora da vida e da natureza, como transcende-lo de forma igualitária e sustentável a partir de uma “imaginação política radical”? Qual é o limite da nossa passividade diante de um sistema que transforma a vida e “natureza” em mercadoria? É nesse horizonte que emergem as vias da cooperatividade e da ação coletiva, apresentadas por Dardot e Laval (2016) como “possibilidades de romper com a tragédia do não comum”. Tais práticas movidas pelos novíssimos movimentos sociais constituem caminhos de resistência e criação de novos modos de viver, capazes de confrontar a lógica neoliberal que tenta capturar nossos corpos, nossas subjetividades e até nossa a relação com a natureza.

Sujeitos ativos por uma práxis coletiva no Nordeste do Brasil

Parte-se do entendimento de que as ações promovidas por movimentos sociais no espaço urbano são práticas sociais dotadas de espacialidade que ampliam o uso e a apropriação dos espaços públicos, bem como da vida cotidiana, instaurando, ainda que de forma temporária, novos significados em meio à construção da cidade neoliberal. A partir disso, surge a necessidade de repensar uma nova construção democrática que reconheça a diversidade e o caráter transformador dessas ações, inclusive no contexto do Capitaloceno. É essencial evidenciar as múltiplas formas de viver e ocupar o território, a partir da formação de lugares, do vivido e da construção de novas identidades que se conectam por meio dessas manifestações.

Ao observá-las, é possível compreendê-las também como respostas locais às dinâmicas do Capitaloceno. Seja por meio da defesa de áreas ambientais ameaçadas pela expansão imobiliária, da reivindicação de espaços públicos voltados ao uso

coletivo ou da valorização de formas comunitárias de produção cultural, esses grupos confrontam processos que transformam a natureza, o território e a própria vida urbana em mercadorias. Nesse sentido, suas práticas não representam apenas reivindicações pontuais e temporárias, mas formas de resistência às lógicas socioambientais produzidas pela expansão do capital sobre as cidades, e com isso podem sim demonstrar um devir coletivo e revolucionário frente à essas questões.

Este artigo surge como recorte de uma tese de doutorado² que, por meio de uma narrativa cartográfica e da análise do Método Cartográfico desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar (EA/UFGM)³, mapeou as sobreposições de narrativas entre atores humanos e não-humanos presentes nas falas e nos artigos apresentados durante o II Webinário Cultura e Lutas Urbanas no NE⁴ a fim de compreendê-los. A pesquisa se deu como uma construção coletiva, de muitos atores — pesquisadores, coletivos urbanos, arquitetos, urbanistas, interventores e construtores das cidades — que se manifestam e apreendem suas experiências nessa rede de processos transitórios no Nordeste do Brasil. Onde, o propósito foi de destacar as ações dos novíssimos movimentos sociais para além da simples ocupação do espaço urbano, revelando-as como uma práxis criativa, deliberada e orientada por significados e projetos compartilhados dentro de uma coletividade. Essas práticas se apoiam no conceito de Castoriadis (1982) sobre uma possível autonomia e a criação social que pode confrontar as subjetividades neoliberais presentes em todas as esferas da vida (CASTORIADIS, 1982, p.95).

Nesse sentido, destaca-se que o Método Cartográfico Indisciplinar admite a cartografia “não somente como método da geografia clássica territorial, mas como tática micropolítica cotidiana composta pela ação política; um fazer insurgente, dinâmico, sempre processual e criativo” (Rena et al., 2015, p. 15). Essa cartografia, portanto, busca compreender a multiplicidade de processos envolvidos nas lutas e nos movimentos sociais urbanos a partir dos seus diversos atores — humanos e não-humanos, suas rupturas e reconstruções, ações e narrativas, a partir da visão de um pesquisador inserido nesse contexto, presencial ou virtualmente. Com relação aos movimentos, acredita-se que eles desencadeiam uma práxis transformadora que, embora efêmera, mobiliza diferentes atores urbanos na resignificação dos lugares e na disputa simbólica e política por espaços de poder. Busca-se, portanto, apresentar alguns casos da atuação desses movimentos no Nordeste brasileiro, desde 2008, por meio da espacialização de seus eventos no território urbano e do reconhecimento de suas principais narrativas como expressões de uma práxis coletiva.

2 Carvalho, Manuela Cristina Rêgo de. Cartografias temporárias do Nordeste: novíssimos movimentos sociais na construção de uma práxis coletiva. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Defesa em 25 de outubro de 2024; disponível em PDF via repositório institucional — versão final 2025.

3 O Grupo de Pesquisa Indisciplinar, vinculado ao CNPq e sediado na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em Belo Horizonte, atua na elaboração de cartografias (mapas, linhas do tempo, registro em redes sociais, textos, eventos) concernentes à produção contemporânea do espaço urbano. Destaca-se como produção material do grupo (a) cartografias colaborativas e ferramentas de georreferenciamento e interação; (b) o levantamento, análise e representação da evolução dos fenômenos investigados em linhas do tempo; (c) a produção colaborativa em rede; (d) a criação de redes, a partir do uso tático das redes sociais e canais de comunicação de ampla utilização na internet; e (e) a incidência política por meio de ações nas ruas a partir de aulas públicas, atividades artísticas e culturais. Para mais informações, ver a wiki do grupo: <http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Indisciplinar>.

4 O webinário Cultura e Lutas Urbanas, que, diante do contexto da pandemia da Covid-19, teve por objetivo cartografar as lutas urbanas a partir de novas práticas extensionistas e do trabalho de pesquisadores do tema. A atividade parte do incentivo dos projetos de extensão Cartografia das Lutas e Geopolítica e Cidades, vinculados ao programa de extensão IndLab junto ao grupo de pesquisa Indisciplinar (CNPq/UFMG), onde ambos promoveram o evento nos meses de fevereiro e março de 2021 como parte da Formação Transversal em Culturas em Movimento e Processos Criativos da UFMG

Figura 1 – Cartaz do Webinar Cultura e Lutas Urbanas e método.
Fonte: Acervo próprio, 2021.



O Nordeste emerge, neste trabalho, como protagonista e como sujeito simbólico, não apenas como recorte experiencial, mas como território que representa sujeitos e coletividades historicamente estigmatizados. Propõe-se aqui tensionar a centralidade de pesquisas e narrativas que, de forma recorrente, atribuem ao Sul e ao Sudeste o estatuto privilegiado de espaços de resistência, contribuindo para obscurecer a complexidade sociopolítica do país. Busca-se, assim, evidenciar que as Regiões Norte e Nordeste também produzem militâncias, movimentos sociais e ativismos diversos, ainda que esses agentes permaneçam, em grande medida, invisibilizados pela mídia e pelo próprio campo acadêmico. O Nordeste que se pretende mostrar não é apenas aquele das imagens consagradas “dos sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés, das paisagens duras doendo nos olhos, dos mandacarús, dos bois e cavalos angulosos”, porque esse representa apenas uma face do território. Parafraseando Gilberto Freyre (1989), interessa aqui revelar o “outro Nordeste”: aquele que resiste, que cria e que se organiza coletivamente, produzindo práticas políticas, culturais e urbanas capazes de reconfigurar o espaço e disputar essas narrativas sobre si mesmo.

O Webinar Cultura e Lutas Urbanas⁵ surge também dentro de um contexto geral de estudos sobre a relação das lutas urbanas brasileiras e latino americanas com as insurgências em escala global a partir dos diferentes atores e narrativas. Aqui, torna-se importante mencionar que o esforço em construir essa experiência se deu de forma coletiva a partir de professores e bolsistas – alunos de graduação e de doutorado – iniciando pela elaboração de um cronograma de atividades, uma lista de objetivos gerais a serem abordados a partir dos principais eixos de debate que, posteriormente, serviriam de base aos pesquisadores convidados. A partir disso foram abordados seis tópicos principais durante as palestras que aconteceram no mês de junho de 2021: (1) Levantes, redes e ruas; (2) Urbanismo tático e intervenções temporárias; (3) Arte

5 O webinar Cultura e Lutas Urbanas, que, diante do contexto da pandemia da Covid-19, teve por objetivo cartografar as lutas urbanas a partir de novas práticas extensionistas e do trabalho de pesquisadores do tema. A atividade parte do incentivo dos projetos de extensão Cartografia das Lutas e Geopolítica e Cidades, vinculados ao programa de extensão IndLab junto ao grupo de pesquisa Indisciplinar (CNPq/UFMG), onde ambos promoveram o evento nos meses de fevereiro e março de 2021 como parte da Formação Transversal em Culturas em Movimento e Processos Criativos da UFMG. Todas as aulas foram transmitidas pelo Youtube na página do Grupo Indisciplinar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9xU8Q5Vs5Mg>. Acesso em novembro de 2025.

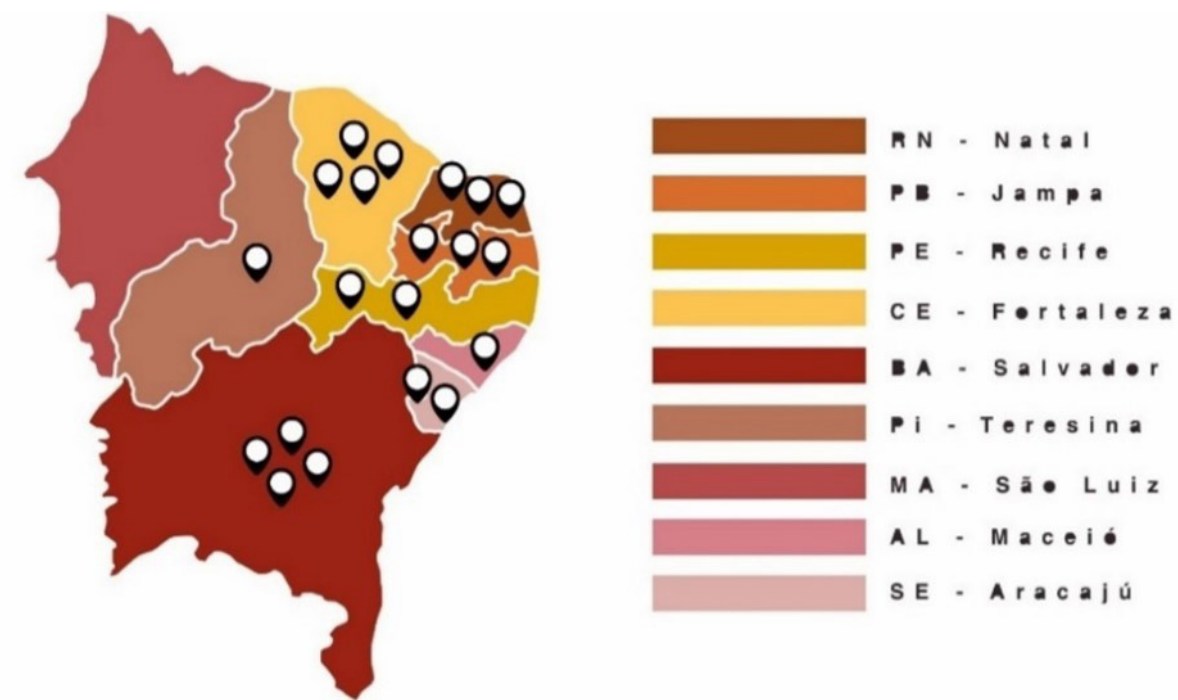


Figura 2 – Distribuição dos palestrantes por Região no Nordeste do Brasil. Fonte: Produzida pela autora (2024).

contemporânea e ocupações culturais; (4) Coletivos urbanos; e (5) Disputas territoriais e práticas insurgentes na produção do comum; distribuídos ao longo do webinar e ao final, para análise do conteúdo apresentado e elaboração da cartografia na plataforma Miro, foi disponibilizado um resumo do Método cartográfico, conforme a Figura 1.

Como parte da metodologia da pesquisa, a seleção dos participantes e de suas respectivas investigações ocorreu por meio do mapeamento e da mobilização de uma rede compartilhada de estudantes e pesquisadores, articulada em torno de interesses comuns relacionados aos temas que orientam suas pesquisas, práticas profissionais e formas de engajamento social. Essa estratégia permitiu reunir sujeitos inseridos em diferentes contextos territoriais e acadêmicos, favorecendo a diversidade de perspectivas e experiências. Ao todo, participaram da disciplina vinte pesquisadores de diferentes estados da região Nordeste (Figura 2), com exceção do Maranhão, predominando representantes do Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia. Em sua maioria, tratava-se de profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo com formação em nível de pós-graduação (mestrado e/ou doutorado) em Universidades públicas, muitos dos quais mantinham atuação direta em coletivos urbanos, organizações comunitárias e movimentos sociais (Figura 2).

Também como processo metodológico, cabe destacar a elaboração de um plano de ensino, a criação de identidade visual, divulgação, matrículas e organização das aulas, com apoio de planilhas online e uma biblioteca virtual disponibilizada aos alunos. As aulas síncronas, somadas aos materiais de estudo, culminaram em debates e na produção de uma cartografia coletiva na plataforma Miro⁶. O evento reuniu ao todo 72 participantes, entre estudantes de diferentes universidades e áreas, além de profissionais externos às instituições, incluindo representantes de movimentos sociais, prefeituras, IAB e CAU. Dentre os principais relatos, o webinar trouxe os movimentos de junho de 2013 localizados em Aracaju (SE), Natal (RN) e Fortaleza (CE) no Nordeste do Brasil representados por uma onda de protestos que, assim como em outras regiões do país, foram impulsionados inicialmente pela reivindicação contra o

6 Cartografia realizada na plataforma Miro a partir do Webinar Cultura e Lutas Urbanas no NE, disponível em: https://miro.com/app/board/o9J_lBsoXS8=/. Acesso em: out 2024.



aumento das tarifas de transporte público, mas que logo se expandiram para uma série de demandas sociais e políticas locais únicas a essa região e, com isso, características próprias que cabem ser estudadas separadamente.

Para este artigo, importa destacar a efervescência de pautas e as características comuns aos movimentos surgidos no Nordeste durante as mobilizações de Junho de 2013. Nesse contexto, as discussões sobre moradia e meio ambiente assumem centralidade, articulando-se a movimentos de maior alcance nacional, como o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), o Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), todos com atuação em diversas regiões do país. Além disso, observa-se a presença expressiva de grupos ambientalistas que tensionam a relação entre áreas de preservação, uso coletivo e interesses privados, disputando territorialidades diretamente com o Estado-capital.

Ainda, o debate sobre o patrimônio, a cultura e a mobilidade também merecem destaque se levarmos em consideração o poder de influência da universidade e da própria juventude inserida nas ruas e nas redes, a partir da defesa dos elementos e arquiteturas históricas, como os movimentos do Ocupe Estelita, em Recife. Também cabe salientar a sempre presença das práticas culturais, como saraus, feiras livres e de trocas, apresentações artísticas, arte de rua, grafite, hip-hop, batalhas de rap e outras tantas ações que aparecem em todas as falas do webinar e partem da representação corporal de minorias: gays, negros, mulheres, indígenas.

Observou-se que essas ações possuem pautas comuns a todo o movimento nacional, mas, observam-se especificidades do Nordeste do país que devem ser consideradas: a urgência das pautas por melhorias no transporte público; a crise política instaurada por governos locais nas capitais, que acabaram por agravar ainda mais os protestos; a emergência de movimentos feministas e negros, presente em todas as capitais e com fortes pautas levantadas; junto a isso, a arte e a cultura negra apontada nas batalhas de rima, poesia e hip-hop; a ocupação de espaços subutilizados, como as praças e os parques; a forte presença das universidades públicas e estudantes; e a grande pauta ambiental, visto o contexto climático de cidades como Fortaleza no debate do parque do Cocó (figura 3) e Natal com a preservação do Parque das Dunas (Figura 3).



A partir das Jornadas de Junho de 2013, é interessante também apresentar as considerações sobre as ações de urbanismo tático e o uso temporário do espaço público, onde, muitas dessas aconteciam como forma de protesto, reivindicações do direito à cidade e ligadas aos movimentos sociais de cunho ambiental. Essas ações referem-se às intervenções de baixo custo, que tem como objetivo transformar espaços públicos de forma rápida e efetiva, incentivando o uso coletivo e a participação comunitária. É interessante destacar que muitas das ações aqui abordadas partem de grupos e coletivos ligados à universidade, aos Centros Acadêmicos e, inclusive, de movimentos envolvidos nas Jornadas de Junho. Parte-se a hipótese que as ações temporárias que eclodiram nas principais capitais do Nordeste e em cidades do interior foram influenciadas diretamente pela onda de protestos de 2013 e pelo debate sobre o direito à cidade, na busca por espaços públicos mais inclusivos e também na cobrança da presença mais forte do Estado.

Dessa maneira, urbanismo tático está profundamente relacionado à participação popular, especialmente em contextos onde os processos burocráticos tradicionais são lentos e inflexíveis. Através de ações diretas, o método oferece uma forma rápida de experimentar soluções urbanas e coletar feedback, que pode servir para melhorar políticas públicas ou adaptá-las às necessidades da comunidade. As ações podem ser organizadas tanto por instituições formais (governos e empresas) quanto por grupos informais e cidadãos individuais. A imagem abaixo demonstra ações dos coletivos ambientais – Movimento Pró-Árvore e Coletivo Verdejar –, grupos que realizam o plantio de árvores em áreas urbanas, aumentando a presença de vegetação e contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental da cidade de Fortaleza, Ceará (Figura 4).

Posterior às discussões sobre as manifestações de junho de 2013 e as ações de urbanismo tático, foram apresentadas atuações em algumas capitais do Nordeste pelos coletivos urbanos. É importante destacar que essas três temáticas se interligam a vários atores humanos e não humanos, eventos e narrativas: o surgimento de ações táticas provocadas muitas vezes por coletivos urbanos – dentro das universidades – emerge diretamente junto às manifestações de 2008 a 2015, em um recorte que os enquadra como novíssimos movimentos sociais: no debate pelo direito à cidade, na ocupação das ruas e das redes e na presença constante das mídias sociais. Ações

Figura 5 – Colagem das ações do coletivo A-braço em Fortaleza, CE. Fonte: Colagem feita para a tese pela autora (2024).



como as do Instituto COURB; do coletivo Massapê, em Recife; coletivo A-braço, em Fortaleza; o LabRua em Campina Grande e João Pessoa, na Paraíba; e os coletivos UrbColab e Camaleão, em Sergipe⁷, são tidas aqui como ações pontuais e efêmeras que revisitam os espaços da cidade para fortalecer relações ambientais e comunitárias. De maneira geral, esses coletivos baseiam as suas ações na colaboração com diversas entidades e movimentos sociais, reconhecendo a comunicação como uma ferramenta essencial para contestar e construir narrativas urbanas que enfrentem desigualdades estruturais. Muitos deles promovem uma abordagem inovadora de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo, junto às Universidades, evitando seguir uma metodologia fixa e adaptando suas práticas às demandas específicas de cada projeto, apostando em um aprendizado contínuo e prático. Como exemplo, o coletivo A-braço em Fortaleza (CE) que intervém na cidade a partir da metodologia do *Placemaking* (Figura 5).

Todos os movimentos sociais apresentados até aqui se interligam em uma rede de ações e de narrativas que se movem, também, pela arte e cultura. É por meio delas que essas pessoas buscam ressignificar a cidade, os lugares, a presença nas ruas e, principalmente, conduzir essas narrativas para além da produção capitalista. A ocupação do espaço público pela arte e cultura permite “desenvolver modos de subjetivação singulares” à medida que produz novos dispositivos que visam mudar o tipo de sociedade em que vivemos. E diante disso, “produzir uma subjetividade que vai ser capaz de gerir a realidade das sociedades desenvolvidas” e assim não distinguir diversas singularidades em seus atores – minorias, gays, negros, etc – mas sim conseguir enquadrá-las todas em um mesmo povo (Guattari; Rolnik, 1996, p.13-22).

De maneira geral, eles buscam transformar áreas urbanas subutilizadas em locais de expressão e engajamento comunitário por meio da arte e da cultura; assim como transgredir a rua a partir de uma luta comum pelo direito de ocupar. Por meio de

⁷ Os relatos de todas essas ações demonstradas no webinar podem ser encontrados em: Carvalho, Manuela Cristina Rêgo de. Cartografias temporárias do Nordeste: novíssimos movimentos sociais na construção de uma práxis coletiva. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Defesa em 25 de outubro de 2024; disponível em PDF via repositório institucional — versão final 2025.



intervenções artísticas, performances, grafite, dança de rua, música e atividades culturais, eles revitalizam espaços urbanos, promovendo diálogo social e acesso à cultura. Entendemos, portanto, que essa ocupação artística do espaço público não só valoriza o território, mas também desafia as normas estabelecidas, reivindica fronteiras antes escondidas pela produção neoliberal dos sujeitos e fortifica os laços de coletividade, fomentando a participação ativa da população na construção de uma práxis democrática. A partir disso, o webinar também contou com a apresentação de uma cartografia dos coletivos artísticos em Aracaju, Sergipe e do movimento artístico OcupARTHE em Teresina.

Aqui é importante ampliar o conceito de “coletivo artístico” para incluir grupos que não se identificam necessariamente como artistas, como trupes de teatro e grupos de hip-hop, que também participam de uma produção estética coletiva no ambiente urbano. Os convidados mencionam que essa produção artística se entrelaça com a discussão sobre a própria construção da cidade, onde “a ação coletiva é fortemente influenciada pelo trabalho no espaço público”; esses grupos, ao colaborarem, potencializam seu impacto ao trabalhar em rede. A produção coletiva no Brasil pode, assim, ser vista como um grande rizoma que se espalha por todo o território.

Mais uma vez é essencial demonstrar, a partir de muitas das falas do evento, a forte presença da cultura negra, do hip-hop, da poesia de rua, da arte e da expressão corporal como elementos marcantes nessas cidades. Isso demonstra a força desses movimentos sobretudo nas regiões de maior vulnerabilidade social, como forma de demonstrar a ausência de um Estado mas também a capacidade reprodutiva deles junto à jovens e crianças no desenvolver das suas habilidades. É nessas ações onde se observam as “frestas” que escorrem os verdadeiros saberes, a potência das pequenas intervenções e a arte como salvação. Isso se reflete em quase todos os relatos dos participantes do webinar: o hip-hop domina as cidades e periferias, reivindicando espaços e dando voz a homens e a mulheres, pretos, pardos, gays, indígenas e outros grupos marginalizados pelo sistema. Em meio a essa atmosfera, o grafite se soma, trazendo cor e luz: fachadas de casas, paredes e muros se tornam telas onde a poesia urbana se escreve e o spray se torna pincel, desenhando a história desses diversos atores (Figura 6).

Figura 6 – Colagem a partir de fotos de coletivos artísticos de Aracaju. Fonte: Colagem feita para a tese pela autora (2024).

A partir da breve apresentação de alguns dos novíssimos movimentos sociais abordados no webinar, é importante destacar que os casos selecionados para a construção da cartografia foram definidos com base em recortes temporais e espaciais. Em um primeiro momento, os alunos organizaram uma planilha com o objetivo de sistematizar as principais narrativas relacionadas aos eventos discutidos nas palestras. Em seguida, foi elaborada, na plataforma Miro, uma linha do tempo compreendendo o período de 2008 a 2021, na qual foram agrupadas as narrativas de atores humanos e não humanos mencionados ao longo das exposições. A partir desse levantamento, foram identificados acontecimentos, mobilizações, conflitos e processos considerados relevantes para as temáticas do webinar, os quais passaram a compor a linha do tempo e serviram como base para a elaboração da cartografia. A escuta dos palestrantes, dos alunos e dos próprios atores envolvidos permitiu a construção de um olhar crítico e sensível sobre esses movimentos, e, no último dia de aula, a cartografia foi apresentada e os resultados gerais do webinar foram discutidos de forma coletiva.

Em seguida, a análise dos dados ocorreu a partir da cartografia baseando-se no Método Cartográfico Indisciplinar, onde foi realizada a partir de três etapas complementares: Inicialmente, foram sistematizados os relatos apresentados pelos palestrantes e os registros produzidos pelos participantes na plataforma Miro; (2) depois, procedeu-se à identificação dos principais atores humanos e não humanos, eventos e narrativas presentes nas falas e materiais produzidos; e (3) por fim, os elementos cartografados foram analisados a partir de perguntas e de incertezas, demonstradas posteriormente.

A interpretação dessa cartografia partiu da busca por compreender e articular os fluxos desterritorializados que atravessam as experiências analisadas, atentando para as rupturas, os pontos de fricção, as mudanças de percurso e as conexões que são continuamente estabelecidas e disputadas no cotidiano dessas lutas. Mais do que identificar eventos isolados, procurou-se observar os movimentos internos das linhas cartografadas, bem como os novos círculos de convergência que emergem a partir de conexões com atores, territórios e processos situados para além dos limites inicialmente definidos no mapa. Nesse sentido, a cartografia não é compreendida como uma representação estática da realidade, nem as ações coletivas são tratadas como unidades fixas e passíveis de análise isolada. Ao contrário, entende-se que tais processos possuem caráter provisório, relacional e fluido, expressando constantes transformações em suas territorialidades, na composição de seus atores e redes, bem como na formulação e circulação de suas pautas e reivindicações.

Considerando o processo cartográfico como aberto, conectável e fluido, trazemos Foucault (1979) ao demonstrar o pesquisador/ator como o portador dos desejos, capaz de lutar contra os dispositivos de poder e criar novas formas de significação para eles. Capaz, então, de interpretar o inconsciente e fazê-lo significar segundo o rizoma: “produzir inconsciente e, com ele, novos enunciados, outros desejos - o rizoma é esta produção de inconsciente mesmo” (Deleuze; Guattari, 1980; 2000, p. 31). Nesse sentido, o Método Cartográfico Indisciplinar proporcionou o entendimento de uma cartografia complexa a partir de perguntas simples: **Quando os eventos acontecem (linha do tempo)? O que são esses eventos? Por que acontecem? Com o que (ferramentas)? Com quem (atores)? Onde (local)?**

Ainda sobre os procedimentos analíticos trazidos pelo método, destacam-se cinco incertezas adaptadas a partir dos escritos de Latour (2012) na Teoria Ator-Rede. A primeira (1) delas diz que “há questões de fato e questões de interesse”, ou seja, a partir da fala dos atores, existem fatos marcados no tempo – os eventos – que podem ser compreendidos a partir das figurações sobre esse fato, ou seja, as diferentes narrativas apresentadas pelos atores. Segundo Lopes (2019) et. al. os eventos podem ser mapeados a partir de fontes acadêmicas, das mídias, em entrevistas formais



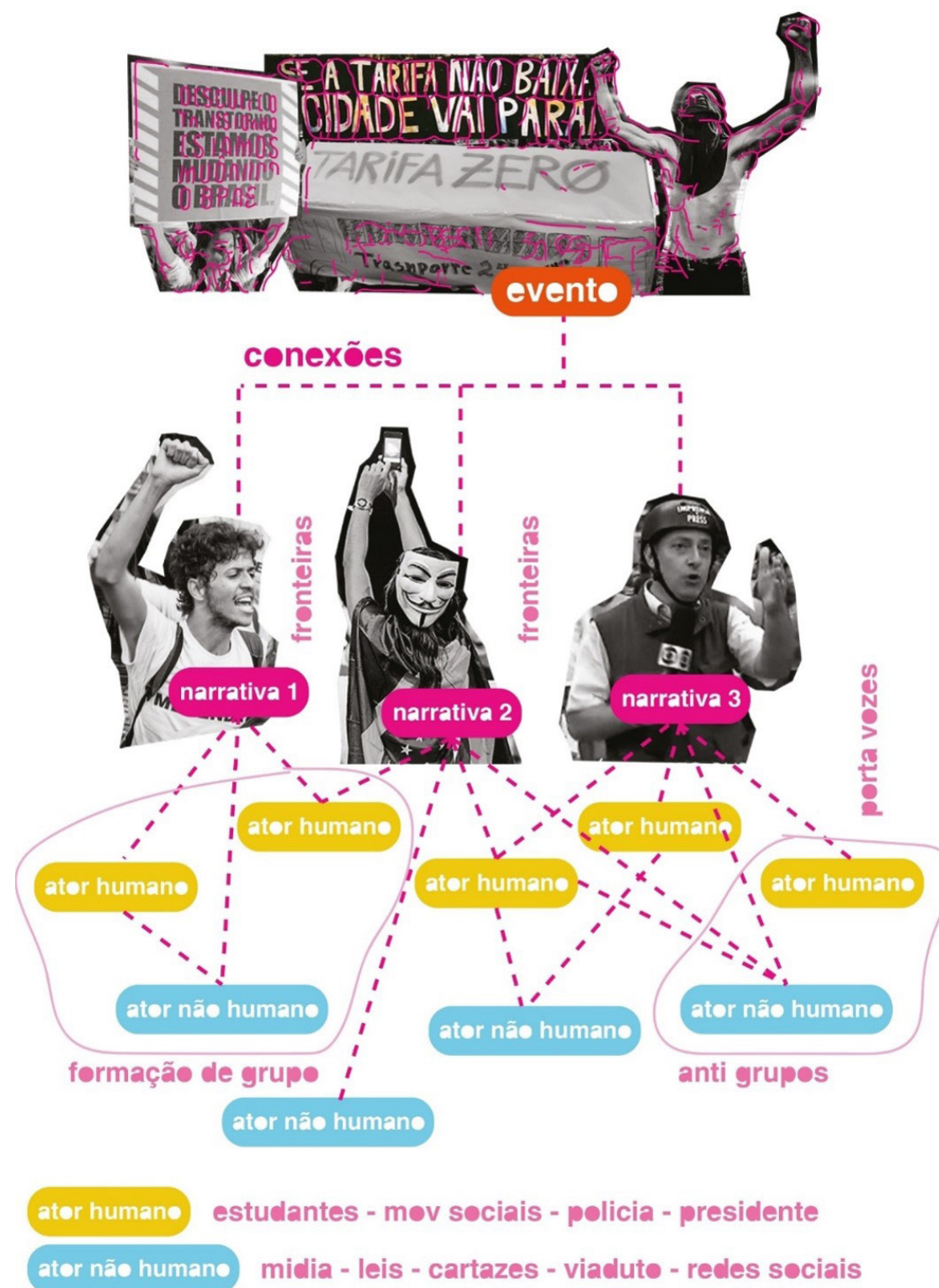
Figura 7 – Esquema gráfico que demonstra os eventos e as narrativas. Fonte: Produzido pela autora.

ou conversas informais, disparadas por meio de jogos, vídeos e outros modos de interação. No caso desta pesquisa em questão tais narrativas partiram das falas dos pesquisadores, sobre os seus atores de análise – atuantes nos movimentos sociais (Figura 7).

A segunda incerteza (2) sugere que “não existem grupos, apenas formação de grupos”. Os atores confluem entre redes de interesses sem estarem em grupos estáticos e, assim, um mesmo ator pode se associar a diferentes narrativas. A ação é assumida pela própria construção da rede, onde os atores humanos e não-humanos estão, não só submetidos às forças externas, como também agem nas suas conexões – linhas – e cruzamentos – nós. Podemos pensar os grupos sociais, mas também podemos pensar/identificá-los a partir de como eles orbitam em torno das narrativas. Por exemplo, algum ator humano pode estar associado a mais de uma narrativa e dessa forma emergir alguma controvérsia em seu discurso.

A terceira incerteza diz respeito (3) aos atores não-humanos – os objetos –, demonstrando que esses também agem (com o quê?), influenciado por variadas narrativas que se constroem em uma rede. Esses atores não-humanos podem se apresentar a partir de diversos objetos de análise: leis, partidos políticos, ferramentas, sistemas construtivos, intervenções urbanas como grafite, projetos, construções, etc. Novamente podemos identificar as controvérsias, por exemplo, em uma mesma lei que pode ser entendida de maneira diferente para cada grupo que faz uso dela.

Esses atores promovem as suas mais variadas ações e, conseqüentemente, surgem as muitas controvérsias, e, diante disso, Latour (2012) propõe uma lista de recursos com os quais ele acredita poder analisar essas incertezas. São elas “um conjunto limitado de recursos para acompanhar o modo como os atores abonam ou desabonam uma ação nos relatos sobre aquilo que os leva a agir (Latour, 2012). De maneira resumida, a lista determina que: (I) as ações aparecem sempre acompanhadas de um relato sobre um fato; (II) a ação é uma coisa e sua figuração é outra; (III) os atores costumam criticar outras ações, acusando-as de falsas; (IV) os atores podem também ter as suas teorias para explicar os efeitos de uma ação (Figura 8).



A quarta incerteza (4) está na diferença da questão do fato (O quê?) e a questão de interesse (Por quê?) a partir da própria construção da rede, onde os atores humanos e não-humanos estão, não só submetidos às forças externas, como também agem nas suas conexões – linhas – e cruzamentos – nós. Ou seja, analisar a cartografia parte de analisar a rede como um todo, observando as suas conexões, as suas linhas que interligam vários atores a uma mesma narrativa, os seus desdobramentos e arranjos. Por fim, a quinta incerteza (5) destaca que os relatos são sempre permeados por riscos e podem ser construídos de diversas maneiras. Dessa forma, eles são cruciais pois refletem a multiplicidade de informações fornecidas pelos diferentes atores envolvidos. Assim, o que se observa é a existência de múltiplas camadas sobrepostas, organizadas em uma cartografia compreendida como platôs, apresentadas em diferentes escalas — local, nacional e global — e estruturadas ao longo de uma linha do tempo.

A análise da cartografia, orientada pelas questões-chave e pelas incertezas mobilizadas pelo Método Cartográfico Indisciplinar, evidenciou que os novíssimos movimentos sociais no Nordeste não constituem um campo homogêneo de atuação. Embora compartilhem determinadas estratégias de ocupação temporária do espaço público e de mobilização em rede, esses coletivos apresentam distintas formas de organização, repertórios de ação política, relações com o Estado e modos de produção do comum. Movimentos como o Salve o Cocó e o Movimento Pró-Árvore articulam suas lutas em torno da defesa ambiental e da preservação dos bens comuns urbanos, enquanto iniciativas como o Ocupe Estelita concentram-se na contestação dos processos de especulação imobiliária, gentrificação e privatização do espaço urbano.

Por sua vez, coletivos como A-braço, LabRua e Massapê atuam por meio de práticas de urbanismo tático, assessoria técnica, experimentação urbana e construção participativa dos territórios. Já os coletivos artísticos e as batalhas de hip-hop ocupam um papel fundamental na disputa simbólica da cidade, produzindo narrativas alternativas e reivindicando visibilidade, reconhecimento e direito à cidade para grupos historicamente marginalizados. Mais do que revelar diferenças temáticas ou organizacionais, a cartografia permitiu compreender que a potência desses movimentos reside precisamente em sua multiplicidade, na capacidade de articular pautas diversas, construir alianças contingentes e produzir formas plurais de ação coletiva, resistência e reinvenção da vida urbana (Figura 7).

A análise dos dados revelou uma maior concentração de eventos em Fortaleza (17) e Natal (9), seguidas por Recife e Aracaju (5 cada). A cartografia também diferenciou eventos nacionais, locais e internacionais, evidenciando sua abrangência no Nordeste. Destaca-se ainda a recorrência de nove citações relacionadas ao Levante Popular da Juventude em três capitais (Fortaleza, Recife e Natal), além do crescimento, em 2015, de ações ligadas ao uso tático e temporário do espaço público, como coletivos ambientais, ocupações culturais e iniciativas vinculadas ao debate universitário sobre urbanismo tático e direito à cidade.

No que se refere às narrativas apresentadas pelos palestrantes, observam-se elementos recorrentes, como urbanismo tático, neoliberalismo, Estado, coletivos, direito à cidade, repressão policial, batalhas de hip-hop e uso das redes sociais, sintetizados na nuvem de palavras. Esses elementos convergem para a compreensão de que os novíssimos movimentos sociais atuam como opositores diretos a um urbanismo neoliberal, produzindo contranarrativas e práticas contestatórias no espaço urbano. Destaca-se, ainda, a forte presença das batalhas de hip-hop e do uso popular das ruas para ações culturais, bem como a recorrente repressão policial a essas iniciativas, um cenário comum às principais capitais analisadas. Além disso, observou-se a predominância de determinados atores humanos — sobretudo estudantes, jovens e universidades públicas —, acompanhados por atores não humanos vinculados ao ambiente tecnológico, como internet, mídias digitais, redes sociais e plataformas online (WhatsApp, Instagram, entre outras). Essa articulação evidencia o papel central da universidade e de seus estudantes na formação e na atuação dos movimentos sociais, bem como o uso estratégico das tecnologias na disputa pelo espaço público.

O estudo evidenciou ainda que os movimentos sociais urbanos nas capitais do Nordeste ganharam força em dois momentos-chave: nas manifestações de junho de 2013, marcado pelas Jornadas de Junho, e 2015, associado às crises políticas e ao impeachment de Dilma Rousseff. Esses movimentos reivindicavam o direito à cidade, mobilidade, moradia e participação popular, mas foram marcados pela forte repressão policial, pela presença ambígua de partidos e pelo conflito constante com o Estado. A mudança de governo com o impeachment de Dilma Rousseff, seguida pelo governo Temer, contribuiu para a desmobilização de várias ações, processo que se agravou



Figura 9 – Recorte da cartografia que demonstra a atuação dos coletivos Verdejar, COURB, em Fortaleza. Fonte: Acervo próprio.

durante a pandemia de Covid-19, quando a crise econômica e a impossibilidade de aglomerações inviabilizaram protestos presenciais.

Uma das principais controvérsias envolve a institucionalização das práticas: enquanto alguns defendem a necessidade de apoio estatal ou financeiro para a continuidade das ações, outros apontam riscos de cooptação e perda de autonomia política. Também se tornam evidentes disputas sobre financiamento, a ausência de circuitos econômicos próprios e as contradições entre práticas autônomas e ações promovidas por editais, ONGs e governos. As narrativas dos atores divergem quanto à história e ao papel dos movimentos, especialmente em Fortaleza, onde parte das ações é vista como fortalecida pela integração com o Estado, enquanto outros interpretam essa relação como esvaziamento militante.

A espacialização dessas lutas é estratégica: praças, parques, viadutos, pontes e áreas centrais transformam-se em palcos simbólicos de resistência e disputa pelo direito à cidade, muitas vezes protagonizados por jovens universitários e artistas periféricos. Práticas como batalhas de rap e intervenções urbanas demonstram tanto o caráter cultural dessas mobilizações quanto sua vulnerabilidade à repressão, especialmente contra jovens negros e moradores de periferias. Observa-se também a presença de atores não humanos — redes sociais, equipamentos de mídia, universidades — como mediadores centrais na organização dessas práticas.

Apesar da potência política dessas ações, revelam-se fragilidades estruturais: a ausência de uma “economia da luta” capaz de garantir continuidade material e a própria autonomia. Acredita-se que sem a criação de redes econômicas, muitos dos movimentos dependem de voluntariado, apoios episódicos ou estruturas externas, o que dificulta sua permanência e capacidade transformadora. Como é o caso de coletivos ligados à Universidade que acabam se dissolvendo com a necessidade de ingresso dos estudantes no mercado. Assim, a análise aponta a necessidade de construir circuitos econômicos e uma práxis instituinte que fortaleça as redes entre universidades, ONGs, coletivos, comércio local e financiamentos solidários.

De maneira geral, acredita-se que é preciso ir além da romantização dos movimentos urbanos e encarar suas contradições, suas disputas internas e seus limites. A multiplicidade de vozes não deve ser confundida com harmonia. Há conflito, há disputa por protagonismo, por financiamentos, pelas próprias narrativas e é justamente nesse campo conflituoso que reside a potência política dos movimentos sociais. O desafio está em transformar ações efêmeras em práticas duradouras, em resistências que não apenas ocupem, mas também reinventem o Estado, a cidade e a vida.

Considerações finais

De modo geral, esta pesquisa revelou que a maioria dos coletivos e grupos insurgentes ganhou força e capacidade de organização por meio de pequenas intervenções táticas e temporárias espalhadas pelas cidades, especialmente nas nove capitais do Nordeste. Essas ações, realizadas na microescala urbana, permitiram que esses grupos se estruturassem e formassem coletivos urbanos, como o Ocuparte, a Trama, o Instituto COURB, entre outros mencionados pelos palestrantes no webinar. A partir das “redes e das ruas” esses grupos adquiriram uma maior capacidade de mobilização, ampliando seus contatos e expandindo suas ações tanto no espaço urbano quanto em plataformas digitais, como nas comunidades de Facebook.

Ao revisitar algumas das temáticas abordadas no webinar é pertinente destacar a “cidade neoliberal” e o surgimento do conceito do “empreendedor de si mesmo”, o homem neoliberal, como uma oposição direta à construção coletiva de uma sociedade. Essas práticas demonstram, ao ocuparem as ruas, a necessidade constante de se criar novas narrativas e dispositivos opostos à “individualização” do sujeito. Ou seja, entende-se que esses movimentos constroem narrativas que discutem a importância da coletividade, demonstram a necessidade de um maior cuidado ambiental e reivindicam espaços de poder em disputa pelo capital, hoje completamente tomado pelo discurso neoliberal.

Diante disso, ao observar o Nordeste junto ao restante do país, é inegável o declínio dessas manifestações diante do desmonte do Estado, das políticas urbanas e da própria vivência nas cidades. Os debates e a cartografia elaborada durante os webinars indicam um crescimento das mobilizações entre 2008 e 2016, com destaque para 2013 e as manifestações de junho, seguido por uma retração após o golpe e o fortalecimento das políticas neoliberais. Esse declínio se agravou ainda mais durante a pandemia e sob o governo de Jair Messias Bolsonaro, marcado pela pandemia e por uma maior repressão dos movimentos sociais, das lutas ambientais e dos direitos das minorias. No contexto atual de “reconstrução” de um Brasil pós-pandemia e pós-governo Bolsonaro, torna-se necessário conceber uma nova práxis coletiva que redefina o significado do social. Os resultados sugerem a necessidade de uma sociabilidade sustentada por indivíduos autônomos, capazes de decidir seus próprios futuros, subverter a realidade e conquistar liberdade mediante práticas construídas de maneira coletiva. A partir desta pesquisa, acredita-se que essa transformação deve emergir dos saberes compartilhados, orientada a produzir mudanças profundas nos sujeitos por meio de suas experiências no espaço urbano. Trata-se, portanto, de uma “transformação radical da sociedade pela atividade autônoma dos homens, baseada em um projeto político que delineie os fundamentos de um novo futuro e ofereça ideias para essa nova sociedade” (Castoriadis, 1982, p. 97-98).

Espera-se que essa reflexão suscite novos questionamentos voltados à compreensão da urgência da atuação desses movimentos no espaço público dos grandes centros urbanos e de sua contribuição para a construção de uma democracia fundada na autonomia e na pluralidade de atores. Desse modo, encerramos com algumas

provocações: como pensar uma construção democrática que ultrapasse as atuais formas de homogeneização? No contexto de produção das cidades no Capitaloceno, seria possível formular uma práxis transformadora derivada da experiência dos movimentos sociais, da colaboração tecida nas redes e nas ruas e da criação de novos afetos? E, por fim, poderiam as manifestações urbanas, os coletivos, as ocupações temporárias e outras experiências autonomistas produzir novos imaginários, novas formas de ocupar a cidade e modos de convivência não capitalistas?

Referências

- BRENNER, Neil. *Espaços da urbanização*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2018.
- CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel. *Da ecologia a autonomia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GOHN, M. G. M. Ciclos de protestos no Brasil: 1970-2019. Mundos plurales: *Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública*, Quito, v. 6, n. 1, p. 93 - 119, 21 jul. 2020. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/mundosplurales/article/view/3925/3497>. Acesso em: 28 dez. 2022.
- GOHN, M. G. M. *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2020.
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. 2. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014a.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2014b.
- HAN, Byung-Chul. *A sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

LOPES, Marcela Silviano Brandão; SÁ, Ana Isabel De; RENA, Natacha. Método cartográfico indisciplinar: da topologia à cartografia do rizoma. *V!RUS*. n. 19. p. 1-13. 2019. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=en>. Acesso em: 28 dez. 2022.

MOORE, Jason W. (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, História e a Crise do Capitalismo*. Oakland: PM Press, 2016.

PELBART, P. P. Vida capital: Ensaio de biopolítica. Ed. Iluminuras: São Paulo. 2011. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Antropoceno ou Capitaloceno? A sociedade na trama da vida / A trama da vida na sociedade. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 20, n. 2, p. 10–22, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/85875>. Acesso em: 25 nov. 2025.

RENA, N. S. A. Arte, espaço e biopolítica. In: RENA, OLIVEIRA, CUNHA. (Org.). *Arte, espaço e biopolítica*. 1 ed. Belo Horizonte: Do Editora, 2015, v. 1, p. 22-74.

RENA, N.; MAYER, J.; NEVES, B.; SILVA, J. Cartografando os movimentos multitudinários em Belo Horizonte: as Jornadas de Junho e depois. *Revista Indisciplinar*. n.3, v.4. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/issue/view/1261>. Acesso em: jun. 2022.